



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

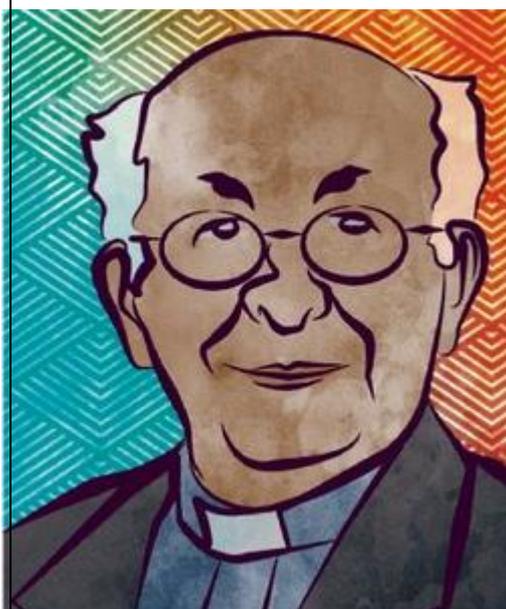
SUMÁRIO

- ② [DOM TOMÁS BALDUÍNO E A CULTURA – O Popular](#)
- ② [MULHER PODE PEDIR MEDIDA PROTETIVA CONTRA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL – O Popular](#)
- ② [HOMICÍDIOS IMPUNES – Folha de São Paulo](#)
- ② [A BIRRA DO PT – Folha de São Paulo](#)
- ② [GLEISI E AS IDEIAS FORA DE LUGAR – Folha de São Paulo](#)
- ② [POR UM ESFORÇO GLOBAL NA REGULAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – Folha de São Paulo](#)
- ② [SE VOCÊ ACREDITA QUE ESTÁ SEMPRE CERTO, ALGO ESTÁ ERRADO – Folha de São Paulo](#)
- ② [78% DOS BRASILEIROS ACHAM QUE ATIVIDADES HUMANAS IMPACTAM AQUECIMENTO GLOBAL, MOSTRA DATAFOLHA – Folha de São Paulo](#)
- ② [LULA COMEMORA APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA – O Hoje](#)
- ② [NA ÚLTIMA SEMANA, EM BUSCA DE NOVAS VITÓRIAS – Correio Braziliense](#)
- ② [AS PALAVRAS E OS FATOS – Correio Braziliense](#)
- ② [ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA – Correio Braziliense](#)
- ② [GONET MIRA REESTRUTURAÇÃO DO MPF – Valor Econômico](#)
- ② [PREFEITURA DE SÃO PAULO COBRA ISS DE EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO COM BASE EM DECISÃO DO STF – Valor Econômico](#)
- ② [DECISÃO DO STJ PODE LEVAR CONTRIBUINTES A QUESTIONAR JULGAMENTOS DO CARF – Valor Econômico](#)
- ② [DESTAQUE – Valor Econômico](#)
- ② [CONTRIBUIÇÕES DAS PPPS NO SETOR DE RESÍDUOS – Valor Econômico](#)
- ② [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 18.12.2023 – PÁG. 03

Dom Tomás Balduino e a cultura

PX Silveira



“Sou goiano. Adoro frango caipira com angu e quiabo”, afirmou um bem-humorado dom Tomás Balduino em entrevista a este jornal. Mas seu prato principal foi a justiça aos povos da Terra, que para ele seria alcançada com o respeito aos direitos humanos e a proteção aos mais fragilizados. Dos seus 92 anos bem vividos deixou um legado que é lembrado e relembado em cada ato de legítima resistência popular. E assim seu coração continua a pulsar no grito dos excluídos, dos trabalhadores do campo e dos indígenas que querem a preservação de seus territórios.

Dentro das comemorações do seu centenário de nascimento, o Instituto Biapó, na cidade de Goiás, inaugurou neste dia 15 (e vai até 28/02/2024) a exposição Dom Tomás Balduino, Semeador de Esperança, com a produção do Centro Vivo da Memória Contemporânea (CVMC) e a realização da Prefeitura de Goiás e Comitê das Secretarias Municipais. É a mesma que foi sediada na capital pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHGG). Nela, ainda que

timidamente, dom Tomás é mostrado em suas incansáveis atividades do ministério episcopal (foi frade dominicano e bispo diocesano da cidade de Goiás de 1967 a 1999), atividades desdobradas e complementadas pela realização de trabalhos que renderam conquistas e avanços sociais.

Dois pontos pouco lembrados em sua trajetória são a sua compreensão da cultura e, junto com ela, a sabedoria na preservação dos bens artísticos e históricos. Do primeiro, dom Tomás deu origem em 1969 ao Museu de Arte Sacra da Boa Morte, um dos mais importantes do Brasil em sua área, valorizando, propagando e tornando acessível o acervo que inclui as seminais obras de Veiga Valle. Do segundo, dom Tomás soube se fazer o campo fértil onde brotou a postura inaugural de proteção ao patrimônio arquitetônico em Goiás, que quatro décadas mais tarde frutificaria possibilitando à antiga capital goiana a distinção de patrimônio mundial chancelada pela Unesco.

Dom Tomás não só criou o museu, mas o defendeu com sua força e sua inteligência, superando inúmeros obstáculos que o ameaçavam. Para isso, ele contou com dois auxiliares abnegados e dedicados à causa: Antolinda Baia Borges e Elder Camargo dos Passos. Antolinda foi sua diretora por mais de 50 anos, consolidando o museu no cenário brasileiro. Elder pesquisou e sedimentou a importância do museu por meio do estudo e registro da obra de Veiga Valle, que ele promoveu em exposições e reuniu em publicações.

Ao dar apoio pétreo a Antolinda e Elder, garantindo-lhes o espaço e a liberdade em suas atividades culturais e gerenciais, dom Tomás se tornou peça chave na museologia artística em Goiás. Sua compreensão da cultura se dava pelo respeito à expressão humana em todas suas nuances e condições. E ele se maravilhava e se identificava com o poder que a arte e o patrimônio artístico detêm de comover as pessoas.

Por tudo que foi e por tantas que fez, dom Tomás precisa ser melhor conhecido e reverenciado por aqueles que caminham por este mundo dentro de uma perspectiva humanitária e não utilitária. “Direitos não se pedem de joelhos, mas se exigem de pé”, era seu lema.

Dom Tomás, o corpo, morreu em 2014 e está enterrado em Goiás na Catedral Sant’Anna. É de lá que ele fortalece a trincheira da justiça social e da cultura, nos lembrando a todos que mais do que simplesmente viver a vida, devemos passar por ela com toda potência.

JORNAL – O POPULAR – 18.12.2023 – PÁG. 10

Mulher pode pedir medida protetiva contra violência patrimonial

Lei Maria da Penha também prevê conduta relacionada ao patrimônio que exige proteção; evitar problemas requer assumir a própria gestão financeira

Lúcia Monteiro

Cinco formas de violência doméstica contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Apesar de pouco discutida, esta última tem sido alvo de holofotes da mídia nos últimos meses por conta de casos que envolvem personalidades famosas, como a apresentadora Ana Hickmann e a cantora Naiara Azevedo. Assim como nos demais casos previstos na legislação, a violência patrimonial também prevê medidas protetivas para a mulher.

A Lei Maria da Penha define a violência patrimonial como qualquer conduta que subtraia ou destrua bens, instrumentos de trabalho, documentos pessoais ou recursos econômicos da vítima. Entre suas formas mais comuns, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estão a retenção de documentos, quebra de aparelho celular e o uso de dados pessoais para obter benefícios. “Exercer pressão pelo fato de ser homem para controlar e cercear os direitos da mulher já configura violência que pode ser enquadrada na lei”, alerta o advogado criminalista Gabriel Fonseca.

Ele lembra que, mesmo quando o homem é o provedor da família, não pode usar isso para ser autoritário, controlar e cercear os direitos da mulher no acesso aos recursos da família, impedindo-a de comprar o que precisa. “Se a mulher não trabalha fora, ela precisa ser amparada financeiramente, pois já exerce uma função importante no cuidado com a família”, explica o advogado, especialista em Direito Penal Tributário e Econômico. Porém, ele reconhece que não é fácil provar os abusos, que geralmente acontecem entre quatro paredes, ficando a palavra de um contra a do outro.

Mas pode haver indícios, como a movimentação das contas bancárias por uma só pessoa. O problema é que a mulher, geralmente, só procura seus direitos quando está se divorciando. “Uma das dificuldades é que a





CLIPPING

DATA
18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

mulher só procura a polícia quando sofre violência física. Mas a violência patrimonial exige representação da mulher, que costuma ceder quando o homem se diz arrependido e acaba desistindo do processo”, alerta.

Para a advogada Marisa Pinho, especializada em Direito de Família e Sucessões, com foco no atendimento a mulheres, e associada da Escola Brasileira de Direitos das Mulheres (EBDM), é por meio da violência patrimonial que os agressores mantêm as parceiras dependentes deles, impedindo que o ciclo de abusos se rompa. Isso acontece, por exemplo, quando o homem coloca seus bens em nome de terceiros sem o consentimento da mulher, não permite que ela controle suas próprias contas bancárias ou as contas comuns do casal, usa o nome dela para contrair dívidas ou bens sem seu consentimento, esconde documentos ou ameaça cortar recursos como chantagem.

“Apesar de ser pouco comentada, esta é uma das formas de violência mais perversas. Muitas mulheres nem sabem que são vítimas. Geralmente, este problema só fica visível na hora do divórcio e a mulher se vê totalmente desamparada”, ressalta a advogada. Ela lembra que a Lei Maria da Penha tem caráter híbrido, transitando nas esferas civil e penal. O problema é que, muitas vezes, a violência patrimonial é confundida com cuidado, pelos papéis sociais estabelecidos culturalmente.

“A mulher se sente confortável ao permitir esta alienação e não percebe como fica vulnerável, sem ter acesso à própria renda, sem saber o que entra e sai, quanto está sendo investido, etc.”, explica. Uma prova são estes casos envolvendo pessoas famosas e esclarecidas. A cantora Naiara Azevedo até já participou de campanhas contra a violência contra mulher.

Mas Marisa Pinho lembra que o artigo 24 da Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas específicas contra a violência patrimonial, além de outras que podem ser adotadas pelos juízes. “O marido pode transferir todo patrimônio para uma pessoa jurídica ou laranja. Se a mulher já pede medida protetiva, consegue a proibição de celebração de contratos, vendas e até a restituição de bens indevidamente subtraídos”, orienta.

Regimes

O consultor financeiro e patrimonial, Leonardo Ces, do Ibbra Full Family Office, lembra que os regimes de comunhão parcial ou universal de bens eram uma forma de proteção financeira da mulher que não tinha função remunerada, com um patrimônio comum. Mas, mesmo com a mulher conquistando espaço no mercado de trabalho, muitas famílias mantiveram a tradição do homem cuidar das finanças, o que tem causado desentendimentos. “Problemas assim são comuns entre sócios de empresas, que podem prejudicar um ao outro por falha na gestão ou má fé”, adverte o consultor.

Atualmente, são comuns os casos de mulheres que são provedoras da casa. Por isso, na relação matrimonial onde os dois ganham dinheiro, ele defende que o melhor regime é o da separação de bens, em que cada um toma conta de seus bens e tem a responsabilidade sobre seus gastos. “Assim, um não poderá ser penalizado pelas decisões financeiras equivocadas do outro”, explica Leonardo Ces. Os problemas que têm afetado as famosas ocorrem porque elas colocaram a gestão de seu dinheiro nas mãos do parceiro. “Para evitar este tipo de prejuízo, ou você confia totalmente nele ou assume a responsabilidade pelo seu dinheiro e se protege”, enfatiza.

Geralmente, os problemas financeiros vêm à tona quando começam os conjugais. O consultor avalia que a

violência patrimonial ainda é mais difícil de se provar, pois configura uma espécie de estelionato. “Se ela ganha R\$ 1 milhão por mês e só recebe R\$ 1 mil, legalmente isso não parece problema se o casamento é por comunhão. Mas se a outra parte fizer com intenção de lesar o parceiro, é uma violência”, destaca. Porém, o consultor alerta que ainda é complicado provar isso, até pela forma como a sociedade é configurada.

Protocolo do CNJ

A criação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que já passou a ser obrigatório neste ano, é uma das formas de proteção das mulheres nos tribunais. Ele traz conceitos e orientações que devem ser observados pelos magistrados na hora dos julgamentos para evitar decisões enviesadas por estereótipos de gênero. “A mulher tem dificuldade para identificar que sofre esta violência, até pela forma como terceiros encaram isso, confundindo com cuidado, inclusive os juízes. Eles podem tentar se manter neutros, mas estão inseridos numa sociedade machista”, lembra a advogada Marisa Pinho.

Para a conselheira do CNJ, Salise Sanchotene, relatora da resolução, a partir do Protocolo, todos precisam ser mais vigilantes, da apuração ao fechamento do caso. “É inaceitável atitudes que coloquem as vítimas em situações que não condizem com o que elas são: vítimas. O protocolo serve, entre outras coisas, para que evitemos a revitimização”, destaca a conselheira. Problemas que acometeram famosas têm aumentado o conhecimento sobre a necessidade de cuidar mais do próprio patrimônio.

Sylvio Castro, diretor comercial do Julius Baer Family Office, multi-family office especializado em gestão patrimonial, alerta que muita gente não tem interesse por investimentos ou patrimônio da família, independente de ser mulher. Um dos cuidados mais importantes deve ser com a assinatura de documentos. “O que é que eu estou assinando? Perguntar e saber para que não ocorra esse tipo de situação vista na mídia. Hoje em dia, um tema em pauta é a governança familiar, que é sobre quem toma decisões dentro do patrimônio familiar. E é importante que todos os membros da família saibam quem pode fazer o quê”.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2023 – PÁG. A2

Homicídios impunes

Índice vexatório de elucidação expõe falhas da política de segurança brasileira

Apenas 1 em cada 3 assassinatos cometidos no Brasil entre 2015 e 2021 foi esclarecido. Dos 40.240 homicídios dolosos de 2021, somente 35% deles foram solucionados. Os números constam do estudo Onde Mora a Impunidade, do Instituto Sou da Paz, que coletou informações estaduais de secretarias de Segurança, Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça.

Os dados confirmam uma deficiência da política de segurança pública no país: o direcionamento prioritário



de recursos para o aparato ostensivo, enquanto investigação e inteligência são negligenciados. No mesmo período de 2015 a 2021, o número de homicídios teve queda de 23%, verificada em todas as regiões, menos no Norte, mas o índice de casos solucionados não mudou em proporção similar. O país está abaixo da média global de elucidação de homicídios, que é de 63% (43% entre os países das Américas), segundo estudo do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (Unodc).

A média brasileira oculta desigualdades regionais profundas. Com 15% e 9%, respectivamente, Bahia e Rio Grande do Norte têm os piores índices de elucidação. Já Minas Gerais e Paraná alcançam 76%. Tal discrepância evidencia problemas estruturais. Falta articulação entre os governos estaduais e federal para aprimorar as investigações, tanto em estratégias quanto em recursos e informação.

O país carece de padronização de dados sobre o tema no âmbito nacional e nem sequer publica um índice oficial de elucidação de homicídios. Falta ainda integrar os diferentes sistemas de Ministérios Públicos estaduais, Tribunais de Justiça e secretarias de segurança. O estudo Anuário da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, expõe outra faceta da opacidade de dados: o país pode ter tido no ano retrasado 5.152 homicídios a mais do que o registrado. Trata-se de uma estimativa com base no número de mortes violentas de causa indefinida.

Ademais, deve-se considerar que o Brasil prende muito e mal. Apesar de ter a terceira maior população carcerária do mundo, apenas 11% dela está presa por homicídio. Sem melhorar os índices de esclarecimento, o país continuará a falhar em dar uma resposta institucional apropriada para milhares de famílias vítimas da violência letal que esperam por um fim digno, que não seja o silêncio estatal.

A birra do PT

Quando contrariado, partido acirra polarização com ataque infantil à imprensa

Lygia Maria

Dadas suas críticas destemperadas à imprensa, a deputada federal e presidente do PT, Gleisi Hoffmann, parece que não entende muito bem a função primordial do jornalismo nos regimes democráticos: a de fiscalizar as atividades de governo.

Após instigar o linchamento virtual de uma jornalista de O Estado de S. Paulo, voltou sua artilharia para um



editorial desta Folha. Por óbvio a imprensa não está isenta de críticas, o problema é como a crítica é feita. Podem-se apontar erros factuais de um texto sem acusar má-fé da autoria, quando não há indícios para o achaque. Do contrário, trata-se de um ataque narcisista cujo intuito é apenas instigar militância e acirrar polarização, que prejudica projetos de esquerda e de direita alternativos ao petismo e ao bolsonarismo. Sobre o editorial "Delírios petistas", Hoffmann disse que a Folha quer "um país sem o PT". Ora, mas o texto elogia a racionalidade solitária do ministro da Fazenda ante teses econômicas heterodoxas. Fernando Haddad não é

filiado ao PT?

A deputada ainda usa espantalhos, afirmando que, segundo o editorial, "pode existir um país sem investimentos públicos e renda para a população". Já o texto diz que alto gasto público se justifica quando há recessão e que não pode ser política pública contínua, sob o risco de se cair numa "espiral de dívida, inflação, juros e baixo crescimento". Inflação, como se sabe, corrói a renda dos trabalhadores, afetando de modo cruel os mais pobres.

Hoffmann não rebate nenhum dos dados publicados, como o gasto público equivalente a 40% do PIB no Brasil, um dos maiores do mundo, e se restringe a imputar "fake news". Lembremos que esse termo foi cunhado por Donald Trump e virou palavra de ordem de Jair Bolsonaro (PL). O PT dá continuidade ao mesmo método infantil que desvaloriza a função social da imprensa só porque não quer ser contrariado. Deveria buscar exemplos menos autoritários, parar de birra e trabalhar de fato para resolver os diversos problemas do país, em vez de piorá-los.

Gleisi e as ideias fora de lugar

A ideia de agenda vitoriosa é descabida; as críticas aos parceiros da vitória, idem

Marcus André Melo

Na conferência eleitoral do PT a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, defendeu uma proposta na qual se afirma que "as forças conservadoras e fisiológicas do chamado centrão, fortalecido pela absurda norma do orçamento impositivo num regime presidencialista, exercem influência desmedida sobre o Legislativo e o Executivo, atrasando, constringendo e até tentando deformar a agenda política vitoriosa na eleição presidencial".

Aqui o confronto Executivo-Legislativo poderia sugerir uma questão de legitimidade dual (ambos os Poderes são eleitos) em regimes presidenciais a la Juan Linz. Mas se trata, na realidade, de ideias fora de lugar. O PT tem 68 deputados, meros 13% da Câmara. O PC do B e PV, de sua coligação, agregam 2%. Juntos, os blocos parlamentares liderados pelo União Brasil e Republicanos detêm 196 parlamentares, ou 62% da Câmara. A oposição —PL e Novo— conta com 99 deputados.



A referência à agenda vitoriosa na eleição presidencial é estapafúrdia. O pleito presidencial foi uma disputa de rejeições, não um confronto programático. E sequer foi formada uma frente ampla. O argumento que Lula recebeu mandato para implementar uma agenda é uma miragem majoritária em um contexto hiperfragmentado, em que o PT é francamente minoritário. O programa do partido ou da frente sequer apareceu durante a campanha.

Causa espécie também o ataque aos parceiros da

coalizão de governo vindo da presidente de um partido hiperminoritário. O PT tem governado com coalizões a contragosto. Depende delas mas não as inclui plenamente nos governos. Em Lula 1, o mensalão foi uma forma de compensar a sub-representação dos membros da coalizão nos ministérios, como escrevi aqui. Sob Lula 3, a realidade hiperminoritária acabou se impondo. Mesmo assim a prática hegemônica do partido permanece. Suas principais consequências são os malogros legislativos do governo.

A referência a uma supostamente absurda norma do orçamento impositivo no presidencialismo é também esdrúxula, ignora a experiência de países como os EUA ou o semipresidencialismo francês. Nos EUA, o orçamento é globalmente impositivo. Suas práticas orçamentárias constituíram-se em modelo histórico sob democracias. O que é absurdo é a ausência de qualquer referência programática na formação de governos, como escrevi aqui.

A oportunidade das declarações merece comentário adicional: ocorreram na semana em que vetos presidenciais cruciais foram derrubados e às vésperas da aprovação da reforma tributária por 365 votos a favor e 118 contra —quórum avassalador que veio majoritariamente do centrão. O contraste sugere que a reforma reflete não a agenda do PT, mas uma agenda suprapartidária.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2023 – PÁG. A3

Por um esforço global na regulação de inteligência artificial

Discussão ampla evitará que arcabouço se torne entrave para a inovação

Kent Walker

Este ano foi um ponto de virada para a inteligência artificial. Ferramentas avançadas de IA já escrevem poesia, auxiliam no diagnóstico de doenças e nos aproximam de um futuro baseado em energias limpas. Ao mesmo tempo, surgem novas questões: como desenvolver e usar essas ferramentas de forma responsável?

Os últimos meses têm sido muito importantes para a curta história da governança da IA. O G7 lançou um Código de Conduta internacional para uso responsável dessa tecnologia; as Nações Unidas anunciaram um grupo consultor para o assunto; o governo Biden publicou uma ordem para regulamentar o uso de IA; e o Reino Unido realizou uma cúpula global sobre a segurança da inteligência artificial.

Dessa forma, está surgindo o desenho de um arcabouço internacional para a inovação responsável da IA. Isso é bom. Os mais recentes avanços dessa tecnologia são um triunfo da inovação científica, mas não há dúvida de que precisamos de regulamentações internacionais articuladas e bem construídas, além de padrões para garantir que a IA beneficie todas as pessoas.





CLIPPING

DATA
18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Se não tivermos uma estrutura bem organizada, corremos um risco real de termos um ambiente regulatório fragmentado, que pode atrasar o acesso a soluções importantes, dificultar a vida de startups, frear o desenvolvimento global de tecnologias novas e avançadas e prejudicar o progresso responsável. Já vimos isso acontecer com a privacidade. Nesse caso, uma colcha de retalhos de regras e regulações acabou por criar proteções desiguais, baseadas no local em que a pessoa vive, e também dificultou a vida de pequenas empresas que foram obrigadas a lidar com legislações conflitantes entre si.

Para evitar esse tipo de equívoco, precisamos, antes de mais nada, de arcabouços regulatórios capazes de alinhar as políticas que vão conduzir uma tecnologia de caráter global. Temos de seguir defendendo valores democráticos e a constante melhoria na governança de tais ferramentas. Em cada país, autoridades reguladoras de diferentes setores —como financeiro ou de saúde— terão de avaliar se, e onde, pode haver lacunas na legislação existente.

Não há uma regulamentação capaz de propor uma solução única para uma tecnologia que atende a múltiplos propósitos —assim como não existe um "Departamento de Motores" ou uma única lei que organize todos os usos possíveis da eletricidade. Além disso, parcerias público-privadas, órgãos reguladores e diferentes setores da indústria terão de contar com informações técnicas e agilidade para promover pesquisas sobre os rumos da IA. Também será necessário alinhar as melhores práticas da indústria, mesmo que várias empresas já tenham se comprometido a usar a IA de forma responsável.

Um exemplo: o Google foi uma das primeiras companhias a publicar um conjunto detalhado de princípios, em 2018, com uma estrutura interna de governança e relatórios anuais para monitorar os avanços. Além disso, órgãos multissetoriais, coalizões amplas de desenvolvedores de IA, pesquisadores e sociedade civil serão essenciais para desenvolver melhores práticas e padrões internacionais de desempenho. A boa notícia é que iniciativas como a Partnership on AI, a MLCommons e a International Standards Organization (ISO) já estão criando padrões técnicos comuns, capazes de alinhar práticas em todo o mundo.

A inteligência artificial pode trazer a ciência para a velocidade digital, mas isso não vai acontecer se houver inércia. À medida que as inovações avançam, atores públicos e privados terão de trabalhar juntos para estabelecer uma agenda de oportunidades que aproveite o potencial da IA em áreas como medicina preventiva, agricultura de alta precisão, produtividade econômica e outras. Este é um momento desafiador para as instituições internacionais, mas o trabalho relativo às políticas para IA teve um início promissor. Basta olhar o novo Código de Conduta do G7, que oferece um arcabouço sólido e coerente. Mas é preciso seguir avançando, e os governos poderão, sim, mostrar que conseguem trabalhar juntos e de forma construtiva em importantes questões transnacionais.

Nenhum dos avanços regulatórios recentes deve ser considerado uma bala de prata. Ainda assim, eles são sinais de que o ecossistema mundial de inteligência artificial entende o que está em jogo e de que estão todos prontos para trabalhar e aproveitar os benefícios da IA de forma colaborativa e conjunta.

Se você acredita que está sempre certo, algo está errado

O diálogo é uma prática em extinção; a exposição de ideias, atividade de risco

Brecky S. Korich



Ignatius J. Reilly, o protagonista do romance "A Confraria dos Tolos", de John Kennedy Toole, tem certezas absolutas sobre tudo e todos. Mimado e intelectualmente pretensioso, Ignatius tem uma inabalável convicção na sua visão do mundo. Só que muitas das suas certezas não passam de meros delírios.

O livro, escrito em 1980, é uma sátira social perfeita para refletir a realidade que vivemos. Estamos rodeados de Ignatius, que se reproduzem como vírus. Acreditam tanto nas suas convicções —notadamente nas que escolhem acreditar— a ponto de desafiar a realidade. Quando menos fundadas, mais obstinadas são.

A ânsia por emitir opinião sobre tudo —elemento obrigatório hoje para "fazer parte"— equaliza ideias e pessoas, achismos e certezas. Informações superficiais e preconceitos agem como elementos formadores de opinião. Todos berram por ideais, mas são incapazes de explicar em voz baixa os seus fundamentos. A preguiça intelectual em buscar uma visão histórica os faz ter uma visão histórica.

O diálogo é uma prática em extinção; a exposição de ideias, uma atividade de risco. Emitir uma opinião "errada" no lugar errado é tão arriscado quanto se sentar na torcida de um time vestindo a camisa de seu oponente. Apenas à divergência do outro não se aplica a liberdade de pensamento. Resultado: rebanhos de carcaças ambulantes ecoando slogans, presos nas posições e não nas ideias.

As certezas são cláusulas pétreas e quem ousa delas discordar é automaticamente relegado ao posto de inimigo. Mais do que uma questão política ou ideológica, trata-se sobretudo de uma questão moral. O pensamento é automático: quem não pensa igual a mim é imoral, estúpido ou as duas coisas. As desavenças são resolvidas pela força, pela destruição, pelo ódio. Assim, se obtém carta branca para legitimar o racismo, o antissemitismo, a misoginia, a homofobia e tantas outras idiotices, tão temerárias quanto a fobia à alteridade.

Quem não é racional para questionar as suas certezas, também não o será para acreditar nelas. Se a discordância dos outros atinge de frente a identidade da pessoa, onde estará a consistência dessa identidade? A busca pelo conhecimento não pode ser freada por crenças e preconceitos. O desprezo sumário pelo diferente gera uma deterioração semântica e uma falsa sensação de liberdade de expressão. É o que se vê nas ruas, nas universidades, nos cancelamentos, nas censuras.

John Stuart Mill, no clássico ensaio "On Liberty", escreveu: "Só por meio da diversidade de opinião, no atual estado do intelecto humano, há uma oportunidade de jogo limpo em todos os aspectos da verdade". Novas verdades inevitavelmente sempre se apresentarão no nosso percurso. Somos dotados de um cérebro estruturalmente perfeito, constituído por um tecido mole que lhe confere flexibilidade e plasticidade.

Mas os Ignatius da modernidade têm miolos mais enrijecidos do que os crânios que os abrigam. Mal sabem eles que é justamente a maciez do cérebro que absorve os choques e os protege de danos físicos. Preferem mesmo é bater cabeça e provocar concussões nas próprias mentes para que possam continuar a viver protegidos na confraria dos tolos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 18.12.2023 – PÁG. B2

78% dos brasileiros acham que atividades humanas impactam aquecimento global, mostra Datafolha

Pesquisa aponta que negacionismo climático cresce entre os mais velhos e com menor escolaridade

Jéssica Maes

No Brasil, a grande maioria da população compreende o impacto da humanidade na crise climática. Nova pesquisa Datafolha, divulgada neste domingo (17), aponta que 78% dos brasileiros afirmam que as atividades humanas contribuem para o aquecimento do planeta, sendo que mais da metade (54%) diz acreditar que elas afetam muito o clima.

Um quarto dos entrevistados (25%) acha que o impacto é pequeno e 5% não souberam responder. Apenas 17% afirmaram que as ações dos humanos não contribuem para o aumento das temperaturas no mundo. Conforme aponta o consenso científico, as mudanças climáticas atuais são causadas pelos gases de efeito estufa emitidos pelas atividades humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento. Em 2021, uma análise de quase 90 mil artigos científicos mostrou que mais de 99,9% dos pesquisadores do mundo concordam sobre este tema.



A pesquisa Datafolha foi realizada presencialmente, com 2.004 pessoas de 16 anos ou mais em 135 municípios pelo Brasil, no dia 5 de dezembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com taxa de confiança de 95%. "Esse dado de 78% é interessante porque revela que o Brasil é um país que sabe que sofre os impactos climáticos. Em outros lugares, não é assim. Um exemplo são os Estados Unidos", afirma a diretora-adjunta da Conectas Direitos Humanos, Julia Neiva, que coordena o programa de defesa dos direitos socioambientais da ONG.

"Nos últimos anos, pesquisas comparando os dois países mostraram que o Brasil tem um número bem mais alto de pessoas que entendem que as mudanças climáticas estão acontecendo e que são provocadas e



CLIPPING

DATA

18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

intensificadas pelas ações humanas." O entendimento sobre as causas da crise climática é maior entre os mais jovens e aqueles com maior educação formal.

Na faixa etária de 16 a 24 anos, 85% afirmam que as atividades humanas influenciam o aquecimento global, número que cai para 70% entre os entrevistados com 60 anos ou mais. O índice chega a 90% entre aqueles com ensino superior, mas cai para 66% no estrato com ensino fundamental. O negacionismo climático —ou seja, a negação do consenso científico sobre o tema— chega a 21% entre as pessoas de mais de 45 anos e a 24% entre os que têm ensino fundamental. Para o estrato por faixa etária, a margem de erro vai de cinco a seis pontos percentuais, enquanto no recorte por escolaridade, de três a cinco, para mais ou para menos.

Neiva avalia que ambos os aspectos —educação e idade— estão conectados, na medida em que os mais jovens tiveram um currículo escolar mais completo e atualizado em educação ambiental. "Hoje a educação ambiental é obrigatória no currículo escolar, mas não foi sempre assim. Então dá para entender porque as gerações mais velhas podem ter maior resistência a acreditar nessa informação, já que isso talvez não tenha feito parte da formação inicial delas", diz.

"Também não é surpreendente que as pessoas com maior escolaridade tenham essa compreensão. Como elas tiveram acesso à informação científica e qualificada, podem estar menos suscetíveis a fake news e desinformação", completa, ressaltando que os resultados demonstram a relevância de fechar a lacuna do acesso à educação formal no país.

Para ela, a educação socioambiental é essencial "para que entendamos cada vez mais as conexões entre clima, acesso à Justiça, direitos humanos e defesa dos territórios". "Por exemplo, um dos fatores que no Brasil mais gera impactos na mudança climática é o desmatamento. Então, precisamos entender não só que é necessário defender a floresta em pé, mas também os povos das florestas, que atuam nessa preservação", explica.

Eventos extremos

Neste ano, que será o mais quente já registrado em 125 mil anos, segundo o observatório europeu Copernicus, e em que foram presenciados extremos climáticos diversos —de deslizamentos em São Paulo e alagamentos no Rio Grande do Sul à seca histórica na Amazônia e queimadas no pantanal—, o Datafolha também perguntou sobre a percepção desse tipo de ocorrência.

Entre os entrevistados, 64% disseram acreditar que situações como estas estão acontecendo mais: para 46%, ocorrem com cada vez mais frequência e, para 18%, com um pouco mais de frequência. Por outro lado, 25% acham que o número de eventos climáticos extremos está diminuindo: para 12%, eles estão ocorrendo um pouco menos e 13% dizem acreditar que acontecem com cada vez menos frequência. Outros 9% afirmam que a quantidade de eventos extremos se mantém constante e 2% não souberam opinar.

Também foram questionados sobre a frequência com que esse tipo de situação deve acontecer no futuro. Para 79%, o número de eventos vai aumentar, enquanto para 6% se manterá o mesmo e, para 12%, irá diminuir. Dois por cento não opinaram. Segundo as previsões do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), quanto mais a temperatura do planeta aumentar, mais intensos e frequentes serão os eventos climáticos extremos, como secas, ondas de calor, tempestades e furacões.

JORNAL – O HOJE – 18.12.2023 – PÁG. 02

Lula comemora aprovação da Reforma Tributária

Haverá investimentos, crescimento e justiça tributária, diz presidente

Luan Monteiro

A aprovação da reforma tributária foi comemorada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em suas redes sociais. Em tom de agradecimento ao Congresso Nacional, ele disse que, além de facilitar investimentos e ajudar o país a crescer, a nova legislação resultará em mais justiça tributária com ricos pagando mais e pobres pagando menos impostos.



“Ontem [sexta-feira (15)], conseguimos aprovar, pela primeira vez na história, uma política de reforma tributária. A capacidade do Haddad, do Padilha, do José Guimarães, do Jaques Wagner foi tão grande, que conseguimos a aprovação. Quero agradecer ao Congresso. Uma reforma para facilitar o investimento, para quem tem mais pagar mais imposto e quem tem menos pagar menos e fazer o Brasil crescer ainda mais”, destacou o presidente da República por meio de sua conta no X, antigo Twitter.

A aprovação em segundo turno, na Câmara, do texto-base da reforma tributária sobre consumo foi por 365 votos a favor, 116 contra e uma abstenção.

Destaques

Os parlamentares votaram dois destaques antes de concluir a sessão. O primeiro manteve o texto original, mas o segundo retirou as armas e munições do imposto seletivo, por 293 votos a favor e 193 contrários. Os destaques aprovados mantiveram incentivos ao setor automotivo e a fabricantes de baterias do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e reinstituíram a autorização para que o salário de auditores-fiscais estaduais e municipais sejam iguais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Como a reforma tributária não sofreu alterações de mérito em relação ao texto aprovado pelo Senado, o Congresso promulgará a emenda constitucional da reforma tributária na próxima semana, anunciou o deputado José Guimarães (PT-CE), líder do Governo na Câmara. Com o fim da votação, o Congresso conclui mais de 30 anos de discussões, após sucessivas propostas que não prosperaram nas últimas décadas.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.12.2023 – PÁG. POLÍTICA

Na última semana, em busca de novas vitórias

Enquanto o governo Lula espera aprovar o Orçamento e projetos de lei que melhorem a situação das contas públicas, Câmara e Senado se preparam para apreciar novas pautas econômicas, além de promulgar a Reforma Tributária

Denise Rothenburg / Evandro Éboli



O governo tem o que comemorar no balanço a ser apresentado na reunião ministerial de quarta-feira, a última do ano. A economia cresceu mais do que esperado e, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, o PIB deve fechar em alta de 2,9%. A inflação também será menor do que a de 2022 e o desemprego encerra em baixa. Além disso, o Congresso também chega à última semana de trabalho do ano com um saldo positivo para o governo, com aprovação de medidas que elevam a arrecadação da União e apontam para um 2024 com esperança de algum equilíbrio nas contas.

Nesse campo, porém, a guerra ainda não terminou. Os próximos dias seguem ainda cruciais para os interesses do Palácio do Planalto. Algumas matérias ainda precisam ser votadas, entre as quais a Orçamento da União — peça-chave para garantir recursos às ações federais e assegurar verbas para as emendas parlamentares, consideradas vitais em ano eleitoral. As emendas, aliás, representam o principal motivo de os deputados e senadores decidirem votar o Orçamento ainda este ano.

O último ato conjunto do Legislativo será a promulgação da Reforma Tributária, prevista também para quarta-feira. A ideia é marcar a proposta como um feito histórico dos parlamentares. Em conversas reservadas, muitos não gostaram do fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento sábado, em São Paulo, ter classificado a aprovação da matéria como um “fato histórico” atribuído exclusivamente ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

No Parlamento, todos sabem que se não fosse o empenho dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e dos líderes partidários, a reforma não teria sido aprovada. “Nenhuma surpresa a aprovação, aqui, na Câmara, onde as pautas andam com muito apoio dos parlamentares — claro que tem o interesse de determinados setores da economia. Um colegiado gigantesco, diferente do Senado, o que também permite uma negociação mais genérica e sem descer a tantos detalhes. O texto veio com alterações do Senado, mas, em dois dias, alcançamos a unidade. Cada casa fez concessão num tema ou noutro, com a participação do ministro Haddad”, observou Lira.



CLIPPING

DATA

18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

longínquas origens da vida social. O que é novo é a amplitude que a manipulação pode alcançar com os meios modernos de comunicação e agora pela infinidade das redes sociais, que criaram o caos informacional.

Hoje as palavras perderam completamente a sua sacralidade original e podem ter qualquer significado, dependendo apenas do poder informacional do agente interessado. E surgiram agora também os fatos alternativos, os não-fatos que buscam impor-se como realidade.

A política sempre foi uma área de risco para a linguagem, porque a palavra é a principal arma dos políticos e eles sempre a usaram com grande liberdade. Mas na maior parte da história, as palavras eram breves como vento e passavam sem muitos rastros. Hoje as mesmas palavras têm um alcance ilimitado, graças aos meios eletrônicos, e ainda ficam registradas para sempre. Uma falsidade ou uma mentira adquiriram um poder germinativo que nunca tiveram e estão envenenando as relações entre as pessoas e o funcionamento dos governos democráticos, nos quais a comunicação é o elemento essencial.

Este é um problema particular das democracias, onde predomina um multiverso informacional e é livre a criação e a circulação de ideias e informações, ao contrário dos sistemas autoritários, onde o Estado controla a fonte e o fluxo de informações e ainda detém o monopólio da manipulação da linguagem. É por isso que as democracias são tão instáveis e polarizadas, enquanto os totalitarismos parecem, pelo menos de longe, plácidas paisagens.

Seria, no entanto, uma injustiça debitar somente à internet o controle e o uso político da linguagem. A grande mídia aderiu de corpo e alma ao emprego dos dialetos políticos no lugar da linguagem com sentido universal. Um veterano jornalista americano James Bennet, ex-editor de opinião do New York Times e atualmente editor da revista The Economist, escreveu esta semana que a grande imprensa agora prefere servir às suas audiências partidárias a versão da realidade que elas preferem, renunciando à missão do jornalismo que seria ajudar as pessoas a compreender o mundo, para mudá-lo e melhorá-lo.

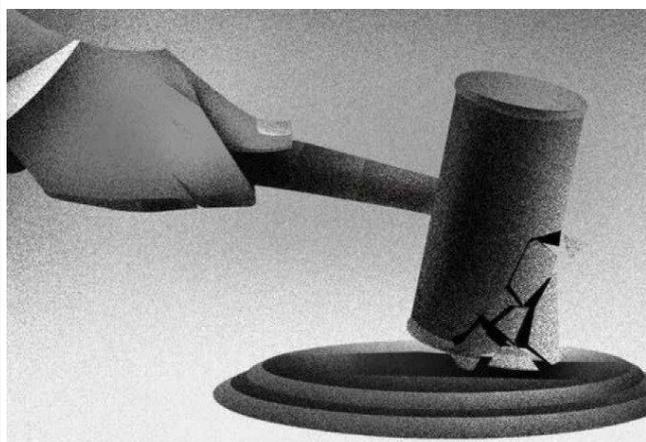
Guerras culturais e polarização política estão partindo nosso país em dois. Num país como o nosso, o verdadeiro problema é o crescimento econômico e o fim da pobreza. Quem procurar por esta agenda no debate político ou nos meios de comunicação vai procurar em vão. Os conflitos e as divisões se multiplicam porque não vemos mais os mesmos fatos nem falamos mais a mesma língua. Nossa democracia só estará protegida de fato quando encontrarmos um terreno em que todos os lados possam compartilhar os mesmos fatos e possam chamá-los pelo mesmo nome.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 18.12.2023 – PÁG. OPINIÃO

Ensaio sobre a cegueira

Patrick Selvatti

Fava contada, Flávio Dino foi aprovado como novo integrante do Supremo Tribunal Federal. O sucessor da ministra aposentada Rosa Weber simboliza uma nova temporada da Sala da Justiça, após o período turbulento pelo qual o sistema judiciário brasileiro passou nos últimos anos.



Um dos três pilares inabaláveis da estrutura democrática da nação, o direito andou cambaleando em meio a eventos políticos que desestabilizaram o país, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016), a prisão do então ex-presidente Lula (2018) e os atos antidemocráticos de 8 de janeiro deste ano.

Nesse episódio lamentável, presenciamos uma declarada mobilização para um novo golpe de Estado, agora explícito, quando uma parcela extremista da população decidiu radicalizar ao praticar os ataques teóricos à Justiça — em especial a Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alvo das

contestações agressivas dessa fatia inflamada formada especialmente por seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Esses autodenominados patriotas foram os primeiros a questionar a indicação de Flávio Dino ao STF. Ensaíram, inclusive, manifestações em repúdio ao nome, muito ligado ao presidente Lula. Há um temor coletivo em torno das decisões “comunistas” que o jurista tomará na cadeira suprema, que camufla o que realmente apavora os gurus dessa turma. Em suas mãos, é esperado que a justiça seja feita. Na essência, o ministro não escapa ao vício da indicação política: existe a expectativa de que muitos processos poderosos serão analisados com um olhar diferenciado.

Mas a Justiça é cega? Ouve-se esse consenso coletivo há séculos. Porém, a figura da deusa Themis utilizada para endossar a ausência de visão simboliza que ela está com os olhos vendados, e quem não enxerga não precisa ter a vista coberta. A cobertura ocular é a representação da imparcialidade, que deve ser a bússola do Poder Judiciário. Independente das interferências externas, a Justiça busca fortalecer a confiança da sociedade no Estado democrático de Direito. E espera-se que o novo ministro traga como espada a lisura com que construiu sua exitosa carreira política.

De toda forma, o princípio da imparcialidade vai além da independência institucional. A legitimidade da Justiça se manifesta na igualdade de tratamento a todos. E é importante que a sociedade se enxergue representada além desses interesses ideológicos.

Juízes são seres humanos suscetíveis a percepções pessoais. É por essa razão que, além das três instâncias que se sobrepõem, o sistema judiciário é estruturado de maneira a garantir processos democráticos. É um desafio eterno, que só tem a ganhar com a pluralidade nas cadeiras da magistratura e que confirma a necessidade primordial de que o povo não acuse a Justiça de ser cega, mas tire dos próprios olhos a viseira que o impede de acompanhar, com atenção, as movimentações jurídicas. Embora não tenha no Judiciário a escolha popular, é sempre importante lembrar que a legislação e a execução dela estão nas mãos de quem é escolhido nas urnas.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.12.2023 – PÁG. A10

Gonet mira reestruturação do MPF

Entre os desafios do novo procurador-geral da República está o de superar os pontos de atrito que a PGR teve com o Supremo Tribunal Federal nos últimos anos

Isadora Peron e Luísa Martins

Com a posse marcada para esta segunda-feira (18), Paulo Gonet assume a Procuradoria-Geral da República (PGR) com parte da equipe já definida e com planos de fazer uma reestruturação interna no órgão. A ideia é redirecionar o trabalho do Ministério Público Federal (MPF) para temas que, até agora, estavam em segundo plano, como o combate ao crime organizado.

Como braço-direito, Gonet escolheu o subprocurador Hindemburgo Chateaubriand. Ele vai ocupar o cargo de vice-procurador-geral. Outros dois nomes já definidos são o do procurador Carlos Fernando Mazzoco, para chefe de gabinete, e da subprocuradora Eliana Torelly, que vai coordenar a secretaria-geral.

O novo PGR, porém, ainda não bateu o martelo para áreas que considera mais sensíveis. É provável que haja mudanças no comando do grupo que investiga os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, hoje comandado pelo subprocurador Carlos Frederico Santos. Segundo um interlocutor de Gonet, ele busca criar uma equipe mais alinhada, com pessoas de sua confiança, mas sem que isso cause descontinuidade nas investigações.

Ele também ainda não definiu quem vai assumir o seu lugar na vice-procuradoria-geral eleitoral, mas a mais cotada é a atual corregedora-geral, Célia Delgado. O cargo é considerado de extrema importância, especialmente diante dos desafios que serão enfrentados em 2024, quando serão realizadas eleições municipais. Uma das maiores preocupações é como vai se dar o uso da inteligência artificial, que poderá impactar negativamente no pleito e aumentar a disseminação de “fake news”.

Esse foi o cargo ocupado por Gonet ao longo dos últimos





CLIPPING

DATA

18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

dois anos. Coube a ele, por exemplo, apresentar os pareceres pela inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por atacar, sem provas, a integridade do sistema eleitoral. Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que a contundência dessas manifestações fortaleceram o nome de Gonet para suceder Augusto Aras na PGR.

“Não tomo a Constituição como Bíblia, nem a Bíblia como Constituição”

Em relação aos planos para a nova gestão, a expectativa é que seja criada uma nova unidade, de alcance nacional, para ampliar a atuação da PGR e dar mais efetividade ao combate da criminalidade organizada, entre outras modalidades penais, como crimes cibernéticos e ambientais. Apesar de já existirem os chamados Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos), criados na gestão Aras para substituir o modelo da “força-tarefa” utilizado na Operação Lava-Jato, a avaliação é que esse formato tem uma atuação muito regional, enquanto o combate a esse tipo de crime precisa acontecer em todo o Brasil.

Nome defendido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, Gonet foi indicado por Lula no dia 27 de novembro. O petista decidiu, pela primeira vez em seus três mandatos, não seguir a lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Lula sequer recebeu os representantes da ANPR para receber formalmente o documento. Apesar de ter sido o presidente quem iniciou, em 2003, o costume de indicar alguém da lista, ele acabou mudando de opinião a esse respeito, especialmente depois de ficar 580 dias preso.

A avaliação do entorno de Lula é de que uma ala do MPF se omitiu quanto aos métodos irregulares da Lava-Jato. Como a lista trazia nomes considerados “lavajatistas” pelo Palácio do Planalto, o presidente acabou optando por um nome que corria por fora, de perfil mais garantista. Sabatinado pelo Senado Federal na semana passada, Gonet recebeu 65 votos favoráveis, de um total de 81 senadores. De perfil conservador e católico praticante, o novo PGR, questionado sobre temas relacionados à pauta de costumes, disse garantir que vai atuar de forma técnica. “Não tomo a Constituição como Bíblia, nem a Bíblia como Constituição. São dois livros diferentes.”

Com atuação diretamente no STF, Gonet terá de atuar em investigações envolvendo Bolsonaro, como os casos das joias sauditas, das fraudes no cartão de vacinação e das doações feitas via Pix. Também vai precisar se manifestar nas ações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro, bem como nos inquéritos das “fake news” e das “milícias digitais”. Durante a sabatina, ele evitou comentar sobre esses processos, alegando aos desconhecer o seu inteiro teor.

Outro desafio será superar os pontos de atrito que a PGR teve com a Corte ao longo dos últimos anos, especialmente em razão da pandemia. A ministra aposentada Rosa Weber chegou a criticar o órgão por ser mero “espectador das ações dos Poderes da República”. A ministra Cármen Lúcia também chamou a atenção para a abertura de procedimentos preliminares de investigação dentro da própria PGR, o que driblaria a supervisão pelo STF.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.12.2023 – PÁG. E1

Prefeitura de São Paulo cobra ISS de empresas do setor financeiro com base em decisão do STF

Pelo menos 117 contribuintes foram autuados pelo município, que exige imposto retroativo

Beatriz Olivon

A Prefeitura de São Paulo iniciou uma ofensiva contra empresas que não recolheram ISS, especialmente as ligadas ao setor financeiro, por conta da discussão sobre onde deveriam tributar seus serviços. Um total de 117 autuações fiscais já foram lavradas, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de junho, que definiu a questão.



Os ministros mantiveram liminar concedida em 2018. Entenderam que as empresas de planos de saúde, meios de pagamento, administração de fundos, consórcio e leasing deveriam continuar pagando ISS para os municípios onde estão instaladas.

Derrubaram a Lei Complementar nº 157, de 2016, que alterou a forma de cobrança, transferindo-a para onde está o cliente - o tomador de serviço. Com a norma, uma administradora de fundos, por exemplo, deixaria de pagar ISS na sua sede para recolher na localidade onde estivesse o cotista.

O assunto foi levado ao STF porque o novo formato de pagamento foi considerado complicado (ADPF 499 e ADIs 5835 e 5862). Em 2018, o ministro Alexandre de Moraes concedeu liminar suspendendo a mudança. Na decisão, destacou que na nova norma não estava claro o conceito de “tomador de serviços”, gerando insegurança jurídica e a possibilidade de dupla tributação ou de incidência tributária incorreta. Em 2020, uma nova lei, de nº 175, trouxe algumas explicações, que não foram consideradas suficientes.

Como a liminar havia sido concedida por Moraes no fim de março de 2018, ficou a dúvida entre os contribuintes em relação ao período anterior, de vigência da lei. Em São Paulo, a prefeitura esclareceu a questão, por meio de solução de consulta - entendimento que diverge do atual.

Empresas do setor de saúde buscaram a Justiça e preferiram aguardar o STF” — Tadeu Puretz

A Solução de Consulta nº 41, do Departamento de Tributação e Julgamento (Dejug/SF), de outubro de 2018, estabeleceu que, para fatos ocorridos até 31 de maio de 2017 - quando passou a valer a Lei Complementar nº 157 -, o recolhimento deveria ocorrer no município de domicílio do prestador de serviços. Já para fatos ocorridos entre 1º de junho de 2017 e 22 de março de 2018 (data da liminar do STF), o pagamento deveria ser feito na cidade do tomador de serviços.



CLIPPING

DATA
18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Para fatos posteriores, “até decisão em sentido contrário”, o município de São Paulo orientou que o recolhimento deveria ocorrer no município onde estiver sediado o prestador de serviços. Mas agora os contribuintes que não realizaram os pagamentos em São Paulo em 2018 estão sendo autuados - não há mais prazo para cobrar os valores de 2017. Ao mesmo tempo, não conseguem mais recuperar os valores recolhidos em outras cidades.

Em nota ao Valor, a Secretaria Municipal de Fazenda de São Paulo afirma que a solução de consulta foi proferida antes do julgamento do STF, “pelo que está desatualizada na parte em que orienta ao consulente recolher o ISS no domicílio do tomador do serviço, para fatos geradores ocorridos entre 1º de junho de 2017 e 22 de março de 2018”. Acrescenta que, considerando a decisão do STF, as cobranças dos tributos podem ser feitas ainda em dezembro de 2023. O Código Tributário, explica, estabelece que a Fazenda Pública tem cinco anos a partir dos fatos para cobrar tributos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

“O fato do contribuinte, eventualmente, ter recolhido o ISS para outro município não o exime da obrigação de recolher o ISS para o município ao qual o imposto é devido”, diz a pasta, acrescentando que, considerando a atipicidade da situação, os afetados pela decisão do STF foram alertados e tiveram a possibilidade de autorregularização, sem a incidência de multas punitivas. “Os 117 contribuintes que não realizaram a autorregularização ou que apresentaram justificativas não válidas foram objeto de autuação”, informa na nota o órgão, que não indicou quantos foram procurados nem qual o prazo oferecido para autorregularização.

Muitos dos afetados são do mercado financeiro, segundo o advogado Diogo Ferraz, sócio do escritório Freitas Leite. Ele afirma que já recebeu dez consultas sobre o assunto, todas do setor financeiro, e que já está preparando defesas na esfera administrativa e judicial. “É um período pequeno, mas para alguns contribuintes são valores muito altos”, afirma o advogado, destacando que, passados cinco anos, há um aumento significativo com a incidência de juros e multa. “Tem casos em que o valor triplicou em relação ao original.”

Ferraz também destaca que com a autuação recebida agora, em dezembro, os contribuintes não conseguem pedir a devolução do valor pago a outro município. “O contribuinte tem cinco anos, contados a partir do pagamento indevido, para pedir de volta. Acabou o prazo, o último seria o ISS de março [de 2018], que acabou em abril de 2023.”

O contribuinte, diz o advogado, “fica sujeito a uma cobrança do município a que ele não tinha que pagar pela lei da época e vai ter enorme dificuldade pra receber do município a quem a lei mandava ele pagar”. Ferraz destaca que a situação foi gerada porque o STF não estabeleceu um limite temporal para a decisão (a chamada modulação), preservando a situação de quem pagou errado. “E do lado dos municípios não há muita boa vontade porque eles precisam do recurso, gerando mais um contencioso desnecessário.”

O advogado Tadeu Poretz, sócio do Renault Advogados, que atuou em uma das ações no STF para o setor de saúde, diz não ter conhecimento de autuações na área. Ele lembra que, antes da decisão do STF, alguns municípios chegaram a enviar comunicações para os contribuintes sobre o ISS, mas, em geral, as empresas buscaram a Justiça e preferiram aguardar a decisão do Plenário do STF. “Tínhamos clientes que deixariam de recolher ISS em um município para ter que pagar em cerca de 3 mil municípios, com obrigações

acessórias e alíquotas diferentes. Mesmo que fosse possível calcular, até pagar a guia seria complicado”, afirma.

Decisão do STJ pode levar contribuintes a questionar julgamentos do Carf

Decisão da ministra Regina Helena Costa exige número paritário de representantes de contribuintes e da Fazenda nas sessões

Beatriz Olivon

Uma decisão da ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pode levar a pedidos de anulação de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Ao estabelecer, na sexta-feira, multa de R\$ 1,35 milhão aos auditores fiscais em greve, afirmou que estariam descumprindo liminar que exigia quórum mínimo nas sessões do órgão.



Para ela, equivaleria a ter o mesmo número de representantes dos contribuintes e da Fazenda — o que nem sempre ocorre normalmente nos julgamentos do Carf. “A previsão de composição paritária tem o objetivo de estabelecer uma igualdade material nos julgamentos, sob pena de comprometer-se as próprias natureza e finalidade do Carf”, diz a ministra na decisão. “A ausência dos conselheiros auditores fiscais implica a impossibilidade de funcionamento adequado dos órgãos colegiados.”

Essa afirmação, segundo advogados e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), é argumento para a derrubada de decisões do Carf. Leva, afirma a entidade em nota enviada ao Valor, ao perigo da “anulação de centenas ou milhares de julgamentos já realizados, em valores de bilhões de reais”.

Ainda segundo o sindicato, a tese de que deve haver paridade é antiga e já foi submetida pelos contribuintes ao Judiciário. Porém, sem sucesso. “A guinada interpretativa feita pela União Federal, em relação aos requisitos de validade dos julgamentos, vulnerabiliza todos os créditos tributários em que não tenha havido paridade”, diz.

O tema chegou ao STJ porque a Advocacia-Geral da União (AGU) propôs uma ação inibitória um dia depois do início da greve, em 20 de novembro. No pedido, o órgão afirma que, segundo informações da Receita Federal, o impacto da greve sobre serviços essenciais poderá prejudicar o alcance da meta fiscal zero em 2024.

Foi concedida liminar pela ministra e, agora, multa por descumprimento. No entanto, no entendimento da entidade, a imposição judicial foi cumprida. Para o sindicato, o quórum necessário ao funcionamento do Carf é de cinco conselheiros em cada turma ordinária de oito (maioria absoluta).

Caio Quintella, ex-conselheiro da Câmara Superior do Carf e titular da Nader Quintella Consultoria, considera “lamentáveis” os desdobramentos no Carf do enfrentamento da greve dos auditores. “Pela primeira vez, a própria União [AGU] decidiu litigar contra os auditores”, diz. Procurada pelo Valor, a AGU preferiu não comentar a questão.

A paridade numérica nos colegiados do Carf, segundo Quintella, nunca tinha sido tomada como obrigatória. Por isso, o advogado acredita que “há uma semente para a judicialização”. “No mínimo teria que ser esclarecido porque agora é requisito de validade e de funcionamento”, afirma. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), a maioria das sessões acontece sem o quórum paritário – entre de 60% a 70% dos casos, mesmo com a existência de suplentes. Muitas vezes, afirma o presidente da entidade, Mauro Silva, que já foi conselheiro do Carf, não há nem suplentes para chamar, porque as confederações não os indicam. “A decisão da ministra do STJ põe em risco dezenas de bilhões de crédito tributário.”

Cristiane Costa, sócia do Escritório Urbano Vitalino Advogados e ex-vice-presidente do Carf, entende que a alegação da própria Advocacia-Geral da União, que induziu a ministra na tomada de decisões, poderá auxiliar empresas a questionar julgamentos no Carf sem composição paritária. “Preocupa que a definição de bônus dos auditores fiscais, prometido há muitos anos por diferentes governos, chegue ao ponto de causar debate judicial entre governo e sindicato”, diz ela, acrescentando que “há a possibilidade de renúncia de experientes conselheiros da Fazenda que compõe o Carf, o que pode significar uma nova alteração de jurisprudência e instabilidade no sistema tributário nacional”.

O julgamento de processos no Carf é uma das principais medidas de arrecadação previstas pelo governo para tentar zerar o déficit primário no ano que vem. O governo conta com R\$ 54,7 bilhões em 2024 com o retorno do voto de qualidade a favor da Fazenda. O valor é 32% do total que precisa ser arrecadado para que as receitas fiquem em equilíbrio com as despesas, conforme meta estabelecida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Destaque

Registro de imóvel

Em recente julgamento de embargos de divergência, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou o entendimento de que, ainda que o registro do contrato no competente registro de imóveis seja imprescindível à constituição da propriedade fiduciária de coisa imóvel, nos termos do artigo 23 da Lei nº



9.514/1997, sua ausência não retira a validade e a eficácia dos termos livre e previamente ajustados entre os contratantes, inclusive da cláusula que autoriza a alienação extrajudicial do imóvel em caso de inadimplência.

Na origem do caso, os compradores ajuizaram ação de rescisão do contrato e pediram a devolução dos valores pagos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve a sentença

de procedência da ação, por desistência imotivada dos compradores, com aplicação da Súmula 543 do STJ em detrimento do procedimento previsto na Lei nº 9.514/1997, diante da falta de registro da alienação fiduciária.

O entendimento foi mantido pelos ministros da 3ª Turma do STJ. A credora entrou, então, com os embargos de divergência apontando que a 4ª Turma, em caso semelhante, concluiu pela desnecessidade do registro, por entender que este tem apenas o objetivo de dar ciência a terceiros (EREsp 1866844).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 18.12.2023 – PÁG. E2

Contribuições das PPPs no setor de resíduos

Incorporar as melhores práticas internacionais sobre o tema, modelar concessões com neutralização de carbono e preencher os requisitos para os financiamentos focados nessa frente parecem medidas óbvias porque já consolidadas

Carlos Villa e Tarcila Reis

Há muitos temas a serem discutidos para amadurecer o setor de resíduos sólidos. Segmento menos iluminado da agenda nacional de saneamento básico, mas crucial para a promoção cotidiana do meio ambiente e da saúde da população, o mercado de resíduos sólidos tem potencial para encontrar seu lugar na fila dos comemorados programas de parcerias de investimento com a iniciativa privada. E quer, acredita que é uma questão de tempo.



Bom começar pelo começo. Seguem seis ideias, nada inovadoras, que refletem a urgente profissionalização de um mercado que decidiu se sentar na mesma mesa dos demais atores de infraestrutura de longo prazo. Não precisa inventar nada, nem criar instituição nova. É olhar para o lado e customizar a farta experiência disponível.

Primeiro, não precisamos, depois que todos os demais setores já aprenderam a lição, insistir no erro de utilizar critério de julgamento que incita aventureiros. Leilão que garante concessionária com fôlego financeiro para fazer investimento e prestar serviço de qualidade é leilão por outorga. Machucar a tarifa é confundir modicidade tarifária com populismo tarifário. Há inúmeros exemplos inteligentes de como conferir modicidade, sem renunciar ao que importa para o usuário: realização dos investimentos e incremento da qualidade do serviço.



CLIPPING

DATA

18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Segundo, não há justificativa para usar a melhor técnica como critério de julgamento no setor de resíduos. Todos os setores, inclusive tecnicamente mais complexos, já abandonaram há tempos esse critério de julgamento, além de habilitações técnicas antiquadas. Trata-se de eliminar a alta subjetividade, alimento da litigiosidade, e ampliar concorrência, passando pelo compromisso de não apenas ser, mas também parecer ser um setor cujas licitações são republicanas. É o caminho para conquistar reputação e credibilidade. Critério de melhor técnica num edital de infraestrutura é passaporte para especulações do atraso, melhor receita para afugentar investidor sério. Custa.

Terceiro, é necessária regulação contratual de receitas acessórias que incentive novos negócios. Não é exagero, as oportunidades são imensas. As toneladas de lixo gerados diariamente podem ser insumos para diversas outras fontes de receitas: biogás, biometano, produção de energia e tudo mais que as universidades e as empresas vêm desenvolvendo. Mas para fazer em escala, em contratos de longo prazo, é necessário calibrar os incentivos para que entrem na conta como fator relevante. Por exemplo, permitir um tempo de teste antes do compartilhamento ou retirar do caso base em função do alto grau de incerteza são medidas que ajudam a tratar o assunto com menos euforia e mais solidez.

Quarto, se com agência reguladora é difícil conquistar equidistância entre poder concedente e concessionária, imagine sem agência. Mas não adianta lamentar. Onde não tem, é preciso delegar a regulação e a fiscalização para agência estruturada de outro ente federativo. Mesmo onde tem, é necessário mitigar as dificuldades com figuras paralelas (auditores, certificadoras, verificadores independentes etc) e mecanismos automatizados, a exemplo de estrutura de contas onde os recursos são manuseados por instituições financeiras, blindada das disputas ou devaneios localizados. Se é um risco existente no Brasil, multiplique suas caras e variações pelos milhares de municípios brasileiros. Essas iniciativas, já ordinárias em outros setores, podem conferir segurança ao auferimento de receitas nas concessões municipais, cujo menor grau de institucionalidade escancara os problemas nacionais de fardo regulatório e de demora nas tomadas de decisão.

Quinto, a conta precisa chegar para cada usuário, como é feito com água, luz e todas as outras utilidades nas nossas residências. As tarifas devem flutuar de acordo com a geração de resíduos, concretizando o princípio do poluidor-pagador e incentivando a reciclagem. Assim, vamos aprender a gerar menos lixo, assim como aprendemos a economizar luz. O risco de inadimplência se enfrenta com proteção proporcional à qualidade dos dados disponíveis, como já se faz em projetos greenfields ou quando se inova em setores maduros. Afinal, a boa intenção por trás da ideia de cofaturamento vem junto com o custo de transação com a outra prestadora e o engessamento da gestão comercial. Não resolve, complica. O setor não se emancipa, fica pendurado em outro, apequena-se. Queremos ser vistos e reconhecidos.

Por fim, os incrementos socioambientais não são adendos aqui, nem narrativa publicitária de virtuosismo verde. É o coração do negócio, desde o licenciamento até a geração de créditos de carbono, com altíssimo impacto na empregabilidade, na geração de energia limpa e na saúde pública. Então, incorporar as melhores práticas internacionais sobre o tema, modelar concessões com neutralização de carbono e preencher os requisitos para os financiamentos focados nessa frente parecem medidas óbvias porque já consolidadas. Se a próxima fronteira da infraestrutura vai vingar depende de sua capacidade de tomar atalhos inteligentes. Uma vantagem é poder colher do trabalho feito por seus vizinhos setoriais nos últimos 25 anos.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 18 de dezembro – Dia do Museólogo

Dia do Museólogo: data traz visibilidade para importância da profissão

Os museus são instituições cujas origens remontam aos gabinetes de curiosidades criados a partir das descobertas europeias de novas regiões, com o advento das grandes navegações no século XV. Portanto, podemos dizer que os museus surgem da necessidade humana de conhecer, interpretar e elaborar pensamentos críticos sobre tudo que nos cerca; é o lugar de aprendizado, compreensão e construção de conhecimento para o futuro.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946, de tempos em tempos atualiza a definição do que é um museu e estas atualizações são fundamentais, uma vez que estamos falando de uma instituição do tempo presente, que, atenta às demandas da sociedade, precisa estar sempre conectada às mudanças sociais.

Atualmente o ICOM adota a seguinte definição: "um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio

material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos". (Definição aprovada em 2022)

No Brasil, o primeiro museu oficialmente criado foi o Museu Real (atual Museu Nacional) no Rio de Janeiro, estabelecido por Dom João VI em 1818 com o objetivo de estudar os recursos naturais do país e sua utilidade para a indústria da época. Até o final do século XIX, os museus brasileiros eram prioritariamente dedicados às ciências naturais. Esta situação começou a se transformar a partir da década de 1920, quando o Museu Paulista (SP) e o Museu Histórico Nacional (RJ), ainda que em movimentos distintos, desenvolveram narrativas históricas para a comemoração do centenário da independência nacional. Na mesma época, o Brasil inaugurou seus primeiros museus de artes plásticas.

Logo surgiu a necessidade de um profissional com conhecimentos para além das coleções específicas do museu. Os especialistas em cada assunto (biologia, mineralogia, história, antropologia, artes, dentre outras áreas de conhecimento) não eram suficientes para orquestrar sozinho as atividades de preservar, gerenciar a pesquisa e documentação dos acervos, construir curadorias e exposições, elaborar projetos educativos não





CLIPPING

DATA
18.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

formais, atender as necessidades de diálogo entre a comunidade e o acervo que a representa, enfim, uma série de saberes específicos do campo museológico.

Neste contexto, surgiu no Brasil o primeiro curso de museus em 1932, no Museu Histórico Nacional (RJ), para formar este profissional tão inovador para a época. Esta formação específica se tornou uma profissão regulamentada pela Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984 e pelo Decreto nº 91.775 de 15 de outubro de 1985. Assim, comemoramos em dezoito de dezembro, o Dia do Museólogo. Na Universidade de Brasília, o curso de museologia estava previsto desde a idealização da UnB na década de 1960, mas só em 2009 a criação do curso se efetivou, formando desde então bacharéis aptos a receberem o registro profissional de museólogo.

Diferente do que muitos podem imaginar, o objeto de trabalho dos museólogos não são os objetos do passado, e sim, a humanidade que há em cada artefato, ou seja, as pessoas que elaboraram e usaram estes objetos e seus contextos de vida.

Além disso, os museus são instituições do presente; os objetos que neles preservamos são escolhas do nosso tempo e é ofício do museólogo, por meio das atribuições da profissão, estabelecer diálogos críticos entre o que fizemos no passado e o que fazemos no presente para a construção do futuro.

Desta forma, os museólogos atuam cercados de objetos do passado, mas com tecnologias inovadoras e parcerias com várias áreas do conhecimento e um olhar sempre atento ao papel dos museus como elementos proporcionadores de reflexões críticas para o que viremos a ser no futuro.